

A Memória também está em crise

Boletim da Rede Portuguesa de Museus nº 38 janeiro 2011

Mário Moutinho

Presidente do MINOM-ICOM¹

Todas as épocas têm os seus conceitos prediletos os quais traduzem ideias mais ou menos esclarecidas, às quais se “agarram” convicções, explicações e outras coisas que traduzem um saber velho que se mostra cada dia mais caduco e um saber novo que se constrói.

Entre a Memória que se constituía como o lugar central da lembrança óbvia e indiscutível e a Memória que é sobretudo construção e seleção, tal como pode ser entendida e como foi explicada por Hobsbawm e outros, vai a diferença que nos coloca no fio da navalha, na hora da opção, no sentido da decisão.

Como eram tranquilos os tempos em que sabíamos o que era Museu e o que não era. Nos primeiros mostravam-nos a Memória pelo menos histórica “verdadeira” de qualquer coisa ou quando a imaginação não ia tão longe mostravam-nos acervos e mais acervos, herdados, recolhidos, comprados, pilhados e oferecidos e eventualmente apresentados por ordem cronológica ou alfabética. Eram museus tranquilos, sem problemas que não fossem os de guardar, conservar e documentar. Quando narrativa existia, ela era sustentada no óbvio e no discurso da ideologia oficial.

Um museu de antropologia que mostrava como viviam os antepassados primitivos em territórios longínquos ou, mais modernamente, nas nossas aldeias de preferência transmontanas, dava gosto de fazer e tinha um público e um reconhecimento garantidos.

Museus que nos tempos de hoje se inscrevem na temática da Harmonia Social à volta da qual se reuniu a última Conferência Geral do ICOM ou como em 2002, sob o tema “Museus & Globalização: contributo para o Dia Mundial dos Museus” o então presidente defendia que era urgente que os museus se mobilizassem de forma “a tirar proveito da nova ordem mundial” e, quem seria contra, deveriam estar atentos a “possíveis repercussões sobre o desenvolvimento cultural e sobre o respeito pelas identidades”.

Pouco lhe importava que a nova ordem mundial criasse todos os dias mais pobres ou como agora o Eurostat diz de forma eufemística “população suscetível de se situar abaixo do nível de pobreza”. Em 1992, o PNUD publicou um “Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano” dedicado à globalização, onde se lia que a distribuição do PNB no mundo, durante o período 1960-1989, significava que os Países onde habitavam os 20% da população mais rica tinham visto a sua parte do PNB mundial passar de 70.2% para 82.7%, enquanto os Países onde viviam os 20% mais pobres tinham visto a sua parte reduzir-se de 2,3% para 1,4%. E este processo mais não tem feito do que agravar-se, deixando à vista os parcos resultados obtidos nos Objetivos do Milénio.

Entre a Memória do tempo das nossas vidas, ou seja, do presente que nos obriga a olhar criticamente o mundo em que vivemos e a tranquilidade do discurso oficial,

¹ O Movimento Internacional para uma Nova Museologia é uma organização afiliada ao Conselho Internacional dos Museus

como é possível que tantos museus consigam passar entre os pingos da chuva vivendo à revelia do mundo contemporâneo? Mas lá que passam, passam.

Outros porem, constroem as suas narrativas vinculadas aos desafios da humanidade, olhando à sua volta, procurando com maior ou menor sucesso serem atores de uma mudança social em favor de mais dignidade humana, de mais inclusão de mais direito de cidadania e de mais participação. Com um discurso político mais ou menos sustentado, aceitam que a realidade se imponha à ladainha das boas intenções. São narrativas de resistência que têm sustentado a ação regular ou intermitente de museus locais, de ecomuseus, de museus de comunidade e de tantos outros que procuram em particular, desde a década de 70, seguir o que se chamou ser uma nova museologia. Aqui a Memória esta mais perto do lugar, da comunidade, da família ou do grupo e é menos oficial.²

Este percurso tem agora na reedição do livro de Peter Davis, *Ecomuseums: a sense of place*³ a demonstração da vitalidade desta museologia. De França ao Vietname, do Japão à África do Sul, a Museologia tornou-se um recurso de comunicação com uma eficácia crescente e agora sustentada no campo mais abrangente da Sociomuseologia.⁴

Importa olhar com mais cuidado a rica e multifacetada política pública seguida no Brasil nos últimos anos onde a Política Nacional dos Museus é o reconhecimento, com as devidas consequências que isso acarreta, que é possível transformar uma museologia comatosa como a que existia no Brasil, num processo social da maior envergadura.

Assim se reconheceu o direito à diferença, na medida em que se reconhecem as instituições museológicas como sendo *“aquelas que disponibilizam acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo a produção do conhecimento e a produção de novas oportunidades de lazer;”*

E mais ainda, *“aquelas instituições que desenvolvem programas, projetos e ações utilizando o património cultural como recurso educacional e de inclusão social”*, assumindo assim que este entendimento de património como recurso, recentra a relação Museologia/ Património/ Memória. É neste quadro que desenvolvem às centenas (é

² Cf. http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/ICOM_News/2010-1/ENG/p8-9_2010-1.pdf

³ Ecomuseums: a sense of place, Peter Davis, Continuum, Londres, 2011

⁴ Cf. por exemplo *Definição evolutiva de Sociomuseologia: Proposta para reflexão*, Mário Moutinho, in atas do XIII Atelier Internacional do MINOM, Lisboa-Setúbal, Lisboa, Setembro 2007.

<http://revistas.ulsofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/510/413>

A Sociomuseologia traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea. A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida, têm provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo. A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território.

A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica. A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade.

O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita.

verdade que o Brasil é grande) iniciativas integradas nos programas públicos denominados por Pontos de Cultura e Pontos de Memória.

Os Pontos de Cultura são *“iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações que já existem nas comunidades”*. O Ponto de Cultura *“não tem modelo único de instalações físicas, de programação ou atividade, é uma iniciativa que impulsiona a realização de ações envolvendo Arte e Educação, Cidadania com Cultura e Cultura com Economia Solidária.”*

Os Pontos de Memória *“assentam na gestão participativa e no protagonismo comunitário, apoiando o empoderamento social daqueles grupos que ainda não tiveram a oportunidade de contar suas histórias e Memórias através dos museus, incentivando a apropriação destes equipamentos pelas comunidades, de forma que se sintam representadas e valorizem a identidade local”*. Os pontos de Memória visam assim *“o fortalecimento de ações de reconstrução da Memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, suas histórias e seus valores”*.⁵

Parece pois evidente que os Museus e a Memória podem ser fatores de coesão e por isso alguma coisa deveria mudar no nosso País, onde se tornam necessários melhoramentos das políticas culturais, face à realidade dos museus, à sociedade e à autodenominada globalização.

E se como afirmámos, a Memória hoje em dia pode referir-se ao que acabou de acontecer, por Memória e em consequência do que escrevi nestes parágrafos, impõe-se a revisão urgente da Lei-quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto) onde se manifestam autoritarismos excludentes como por exemplo o Artigo 5º que diz : *É livre a criação de museus por quaisquer entidades públicas ou privadas nos termos estabelecidos pela presente lei. (!!!)*. Ou seja, só é livre a criação, se submissa a uma Lei-quadro que não dá plenamente expressão e de forma consistente, ao lugar que a Museologia, a Memória e o Património ocupam na sociedade contemporânea.

Importa dar a este documento uma abrangência que neste momento não tem, numa perspectiva inclusiva a qual reconheça o vasto, rico e inovador panorama da realidade museológica portuguesa. Trata-se de uma questão de bom senso!

Como dizia Eça de Queiroz em 1880 nas Cartas de Inglaterra: *“Bom Deus, não! Eu não reclamo que o país escreva livros, ou faça arte: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas”*.

⁵ Cf por exemplo <http://www.cultura.gov.br/site/2009/02/03/cultura/> ; <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/>